



1 **ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO CMAS, REALIZADO EM 19/10/2017**

2 Aos dezanove dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões do
3 Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e
4 Direitos Humanos – SDSJPDDH – localizada à sede da Prefeitura do Recife – sexto andar,
5 às catorze horas, em segunda convocação, teve início a Reunião Plenária Ordinária do
6 CMAS, sob a coordenação da Presidente Ana Maria de Farias Lira com a seguinte pauta: 1.
7 **Aprovação da Ata da Reunião Plenária do dia 21 de setembro; 2. Apresentação do**
8 **Trabalho desenvolvido pela Casa Menina Mulher – CMM; 3. Repasse da XII**
9 **Conferência Estadual de Assistência Social; 4. Apresentação da Metodologia de**
10 **elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – 2018/2021; 5. Apresentação do**
11 **Trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra- CPT; 6. Informes das**
12 **Comissões: 6.1. Comissão de Normas e Fiscalização; 6.2. Comissão de Orçamento e**
13 **Finanças; 6.3. Comissão de Articulação e Política; 6.4. Resultado da eleição do**
14 **Segmento de Usuários/as. 7. Informes gerais.** Estiveram presentes os/as seguintes
15 Conselheiros/as: Ana Maria de Farias Lira – Secretaria de Desenvolvimento Social,
16 Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos – SDSJPDDH Maria de Lourdes de
17 Sousa – Casa Menina Mulher – CMM; Jara Pereira Lins – Secretaria de Mobilidade e
18 Controle Urbano; Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha – Secretaria de Governo e
19 Participação Social; Carlos Roberto da Costa Marinho II – Conselho Regional de Serviço
20 Social - CRESS; Itamar Sousa de Lima Júnior – Conselho Regional de Psicologia – CRP;
21 Maria Eroneide dos Santos Nascimento Silva - Sindicato dos Psicólogos do Estado de
22 Pernambuco; Telma Muniz Soares Barbosa – Centro de Integração Empresa Escola de
23 Pernambuco – CIEE; Liliana Maria Cabral de Barros – Grupo de Mulheres Cidadania
24 Feminina; Roberto José da Silva – Associação Pernambucana de Cegos – APEC; Andréa
25 Silveira Mascarenhas – APABB; Maria do Livramento de Aguiar – Instituto Dom Hélder
26 Câmara – Casa Frei Francisco; Kadja Camilo Pacheco – Casa Rosa; Jouse Barata de
27 Queiroz – Movimento Cultural Cores do Amanhã; Conforme frequência anexa. A Presidente
28 Ana Farias iniciou a reunião saudando a todos/as, agradecendo a presença de
29 representantes de organizações que atenderam ao convite, destacando a importância da
30 participação de outras pessoas, além de conselheiros/as. Em seguida deu oportunidade
31 para a proposição de acréscimos na Pauta, explicando que também podem ser feitos
32 acréscimos, se não for nos pontos de pauta, podem ser nos informes. Não havendo, passou-
33 se imediatamente ao primeiro ponto: 1. **Aprovação da Ata da Reunião Plenária do dia 21**
34 **de setembro**, que, como de costume, foi enviada com antecedência para o e-mail de
35 todos/as para a leitura prévia. A Conselheira Maria de Lourdes (Lourdinha) pontuou a falta
36 do registro do resultado do Fórum complementar de Usuários/as, que ficou de ser incluído
37 como ponto de pauta dentro da apresentação das comissões como retorno, já que a
38 Comissão eleitoral foi desfeita ao término do pleito. Ana Farias aproveitou para saber se
39 estava presente algum/a conselheiro/a eleito/a no referido fórum, porém não havia.
40 Lourdinha ainda apontou na Linha trinta e oito, da ata em análise, que faltou a palavra **se**; na
41 linha quarenta e oito: **referência à proposta de participação em uma reunião com**
42 **Jeferson**; após analisado, foi constatado que esta informação consta na **linha 215;** na linha
43 cinquenta e um, acrescentar a palavra: **ao CMAS**. Na Linha sessenta e três a conselheira
44 apontou a falta da proposta apresentada pelo Conselheiro Sérgio, mas está registrado na
45 linha 60;Na linha cento e onze, **referir a data: vinte e dois de setembro;** Nada mais
46 havendo sobre este ponto a ata foi aprovada com as considerações de Lourdinha. Ana



47 Farias mencionou que a mesma observou na leitura da ata passada que estava prevista a
48 apresentação de um vídeo sobre a Comissão Pastoral da Terra – CPT nesta reunião
49 plenária e também um vídeo sobre o Projeto Semear e Colher, desenvolvido pela CMM.
50 Nesse sentido, a mesma referiu que manteve as apresentações, mas que deseja discutir
51 melhor sobre apresentações dentro do Pleno por conta do tempo e do caráter do Pleno, e
52 que gostaria de se posicionar a esse respeito no final. Complementou que a pessoa que
53 faria a apresentação da CPT ainda não havia chegado. Ana Farias propôs que após a
54 apresentação poderá se estabelecer um tempo para perguntas. Assim, como segundo ponto
55 de pauta ficou a **2. Apresentação do Projeto Semear e Colher** que foi apresentado por
56 Lourdinha que fez uma breve apresentação sobre o Projeto Semear e Colher, ao qual a
57 mesma se dedicou através da Casa Menina Mulher, que teve a duração de um ano e oito
58 meses e foi destinado às famílias que são atendidas pela já referida Casa Menina Mulher.
59 Referiu que o projeto foi iniciado com uma Horta-escola dentro da instituição, beneficiando
60 vinte e cinco famílias, com quintais produtivos e hortas verticais seguindo-se a plantação de
61 cento e cinquenta mudas, de árvores de pequeno porte, das quais, mais da metade foi
62 destinada ao Terminal de Joana Bezerra. Após essa explicação Lourdinha apresentou o
63 trabalho através de um vídeo, no qual participantes dão testemunho da importância desse
64 trabalho. Lourdinha encerrou explicando que este foi um desafio muito grande, com muitas
65 articulações, mas também gratificante e que o encerramento deste projeto se deu no
66 Crato/CE e contou com a participação de dez mulheres. Foi perguntado o que era
67 Dispensário. Lourdinha explicou que se tratava de uma Casa de Apoio para doentes de
68 outros municípios. Ao fim, Lourdinha agradeceu a oportunidade e foi aplaudida pelo trabalho.
69 passou-se ao terceiro ponto: **3. Prestação de Contas da XI Conferência Municipal de**
70 **Assistência Social** que foi apresentado por Laurisabel. Antes, porém, Ana Farias fez um
71 breve relato sobre a Conferência Estadual de Assistência Social, na qual representou o
72 CMAS juntamente com Lourdinha. Ana informou que achou muito interessante a
73 Conferência que teve um tom bastante politizado, considerando-se o cenário nacional de
74 reformas e prejuízos para a sociedade brasileira. Destacou a abertura, com uma palestra e
75 os Grupos de Trabalho, cujas discussões se centraram nos quatro eixos do Plano Decenal
76 da Assistência Social. Continuou relatando que, tendo em vista a orientação para que
77 fossem apresentadas novas propostas, houve um posicionamento no sentido de serem
78 lançadas duas propostas para a união: a primeira proposta que seja feita a recomposição do
79 orçamento, com os valores que deixaram de ser repassados desde dois mil e quinze para
80 estados e municípios e o reajuste destes valores; a segunda proposta é para que o governo
81 federal respeite o Plano Decenal e coloque em execução. Para o estado também duas
82 propostas: atualizar e fazer o repasse dos recursos que deixou de repassar. (o estado não
83 repassou nem um centavo em dois mil e dezesseis) e a segunda proposta: que o estado
84 elabore o seu Plano Decenal, porque ainda não elaborou. Ana explicou que, com estas duas
85 grandes propostas foi feito um trabalho de convencimento junto aos grupos no sentido de
86 apoiar as mesmas. Ainda sobre a dinâmica da Conferência Ana relatou que na escolha de
87 Delegados para a Conferência Nacional para a qual só havia dez vagas, cinco para a
88 Sociedade Civil e cinco para o governo, de modo que a mesma se candidatou e foi eleita
89 delegada pela Região metropolitana. Ainda avaliou que a eleição da sociedade civil foi
90 complicada mas conseguiu-se representação de Recife. Ainda referiu que houve uma
91 evasão muito grande de representação dos municípios, visto que, de setecentos e dez
92 delegados/as previstos, apenas quinhentos e um compareceram, ou seja, duzentos e nove



93 ausentes, o que reflete em parte a situação de crise. Ana Farias ainda destacou o seu
94 entendimento de que o nível das discussões não pode ser considerado bom, visto que
95 houve um número significativo de renovação dos municípios em virtude da renovação nas
96 prefeituras em face renovação de gestão, que foi de quase oitenta por cento. Ana abriu para
97 os posicionamentos acerca desse tema, que foi iniciado pelo Conselheiro Carlos Roberto,
98 que referiu a sua participação na Conferência e explicou para Ana que ele foi contra centrar
99 em duas propostas, tendo em vista que considera muito pouco para um estado, inclusive
100 porque não se sabe qual cenário se apresentará daqui a dois anos. Lourdinha destacou que
101 o grupo dois, no qual estava inserida, discutiu a estratégia para que seja levado aos espaços
102 e usuários/as a importância da inserção política, em vista dos cortes que se afiguram, que
103 repercutem, tanto junto a usuários/as como se reflete em cortes de postos de trabalho.
104 Especialmente do ponto de vista do/a usuário/a, ainda não caiu a ficha. Também reforçou
105 palestra trazida no início, que trouxe reflexões e provocação. Roberto José destacou três
106 momentos da Conferência estadual, na qual fez parte do grupo quatro A, que também tentou
107 mobilizar as pessoas em torno da ideia do Plano Decenal. Mas a dificuldade principal que o
108 mesmo viu em relação a isto é que a maioria das pessoas não conhece o Plano decenal.
109 Ainda destacou a criação do Fórum de Trabalhadores/as do SUAS, que teve uma
110 participação importante de órgãos de classe, com o objetivo de fortalecer a luta da classe
111 trabalhadora. Ana finalizou este momento fazendo o resumo e reforçando o motivo já
112 exposto para a tomada de decisão majoritária e fez a leitura dos quatro eixos discutidos na
113 Conferência, lembrando que estes eixos estão dentro do Plano Decenal. Finalizou
114 estimulando a leitura deste Plano por todos/as. Ana ainda lembrou que foi criada a Frente
115 estadual em Defesa do SUAS e em sete de novembro próximo haverá uma mobilização em
116 Brasília e criação da Frente Nacional em Defesa do SUAS, com a reunião dos vários
117 estados que estão criando suas frentes estaduais e também esta sendo criada a Frente
118 Parlamentar Nacional em Defesa do SUAS. Nesse sentido destacou que este é um
119 movimento que está crescendo, mas, é necessário que cada um/a faça um trabalho de base,
120 se dispondo inclusive a participar onde for agendado. Ato contínuo passou a palavra para
121 Laurisabel Pinheiro, Gerente de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS
122 Secretaria Executiva de Assistência Social da SDSJPDDH, que ficou responsável pela apresentação do
123 quarto ponto: **4. Apresentação da Metodologia de elaboração do Plano Municipal de**
124 **Assistência Social – 2018/2021.** Laurisabel apresentou e inicialmente explicou como foi
125 iniciado esse trabalho, que teve a participação de um grupo de trabalho formado pela própria
126 Laurisabel; Ângela Oliveira, Gerente Geral do SUAS também trouxe a informação de que vem
127 se buscando com essa metodologia elaborar um Plano da forma mais democrática e
128 participativa de modo a torná-lo o mais realista possível. Nesse sentido explicou que foi
129 montada uma metodologia para Gestores, trabalhadores/as e conselheiros/as e uma
130 metodologia para usuários/as. Para tanto será formado um grupo das equipes técnicas dos
131 serviços por RPA e por proteção (isto ainda está sendo estudado, pois, segundo explicou, se
132 deseja que se reúna por proteção e não por serviço. Para Laurisabel, o ideal é que seja feito
133 por RPA). Serão chamados para compor o GT: do grupo de Conselheiros/as representantes
134 dos nove conselhos que compõem a SDSJPDDH; do grupo de gestores envolvendo as
135 quatro secretarias executivas; um grupo das reuniões de rede (nas seis RPA's) e um grupo
136 denominado GT de Risco (a partir da discussão entre a Alta e Média Complexidade, mais a
137 saúde, acerca dos casos mais emblemáticos em relação às situações de risco). Esse grupo



138 fará uma discussão denominada “Revelando a fotografia”, mediante a análise dos Relatórios
139 Mensais de Atendimento – RMA, dos atendimentos nos CRAS e CREAS. A Conselheira
140 Maria do Livramento (Lívia) perguntou se este é um trabalho que já vem sendo feito.
141 Laurisabel explicou que é novo e que os grupos são formados a partir das reuniões de rede.
142 Lourdinha acentuou a questão que vem sendo colocada acerca das reuniões de rede, pois,
143 como representante de entidade da sociedade civil entende que não está havendo. Maria do
144 Livramento (Lívia) reiterou que esta situação precisa ser resolvida, pois, fica a fala das
145 entidades, que afirmam que não está havendo reunião de rede, enquanto a gestão afirma
146 que está havendo. Nesse sentido, lembrou que esta foi uma deliberação da Conferência
147 para fortalecer o trabalho nos territórios. Laurisabel explicou que ela própria participou em
148 três reuniões de rede e as entidades são convidadas e participam. E não só as entidades,
149 mas também a saúde, educação e até o Ministério Público em algumas RPA’s. Foi debatido
150 esse tema e a importância da participação do maior número possível de envolvidos/as, da
151 sociedade civil e do serviço público. Em vista disso, Laurisabel também reiterou que este é o
152 entendimento para a construção do Plano, mas a gestão é quem tem a prerrogativa da
153 construção. Seguiu-se uma discussão com o entendimento de consenso quanto à
154 necessidade de participação do maior número de pessoas na construção do Plano, mas,
155 certa divergência quanto ao procedimento de como garantir esta participação. Como
156 encaminhamento a Conselheira Maria do Livramento (Lívia) e o Conselheiro Itamar fiaram
157 como designados para participarem do GT, sem esquecer a participação de usuários/as.
158 Dando seguimento foi dada a oportunidade para Renata, representante da Comissão
159 Pastoral da Terra fazer a apresentação sobre a entidade. **5. Apresentação do Trabalho**
160 **desenvolvido pela CPT** Renata fez um breve histórico com o auxílio do Datashow, dando
161 conta de como está organizada a atuação da entidade na cidade do Recife, no estado de
162 Pernambuco e no Brasil, destacando a atenção a grupos de pessoas ou indivíduos, famílias
163 ou grupos que vivenciam violações do direito à terra ou de moradia. Sobre a apresentação
164 Lourdinha comentou como considera importantes estas apresentações, que aproximam e
165 permitem um maior entendimento sobre os serviços e as entidades. Nesse sentido Ana
166 Farias fez a observação de que também considera importante, no entanto, em face do
167 caráter deliberativo do Pleno, quando esse espaço é usado para troca de experiências, o
168 tempo para deliberações fica pressionado. Desse modo deve ser reservado espaço próprio
169 para as apresentações de entidades e serviços, em plenos extras, periodicamente, com
170 intervalo a ser acordado entre todos/as. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia) sugeriu
171 que seja apresentação do trabalho com a rede, serviço público e entidades da sociedade
172 civil. Ato contínuo passou-se ao sexto ponto: **6. Informes das Comissões: 6.1. Comissão**
173 **de Normas e Fiscalização** que ficou a cargo da Conselheira Maria do Livramento (Lívia),
174 que coordena esta comissão. Sobre Monitoramento foram informadas as visitas às seguintes
175 entidades: **1. Associação para Restauração do Homem – ARH, 2. Grupo Adolescer**
176 estas duas entidades tem parecer favorável, tanto da equipe técnica como da comissão,
177 para a manutenção da inscrição. Ainda como monitoramento, ainda foi apresentado apenas
178 para conhecimento, as visitas às duas Instituições de Longa Permanência públicas, já que
179 não são inscritas: Iêda Lucena e Porto Seguro. Visita feita pela técnica Elza Betânia e a
180 Conselheira Maria do Livramento (Lívia) que trouxe uma reflexão sobre o número de apenas
181 sessenta vagas oferecidas, o que é insuficiente para a cidade, considerando a população de
182 mais de um milhão e seiscentas mil pessoas. Posta em votação, foi aprovada por
183 unanimidade a manutenção da inscrição das duas entidades privadas. Como demanda por



184 inscrição foram apresentadas duas entidades: **1. Movimento de Assistência e Inclusão**
185 **Social – MAIS**; que teve aprovação da equipe técnica e da comissão para inscrição. **2.**
186 **Instituto Travessia** A Assistente Social Flávia explicou que inicialmente teve aprovação da
187 equipe técnica e da comissão para inscrição de projeto, por se tratar de um trabalho novo e
188 diferente do que normalmente vimos, para que houvesse um acompanhamento mais de
189 perto. No entanto, a equipe posteriormente viu que não se trata de entidade com
190 preponderância em outra área (educação ou saúde), nem de entidade com sede em outro
191 município, que são os casos previstos em lei para inscrição de projetos. A mesma técnica
192 continuou informando que conversou com as Conselheiras Maria do Livramento (Lívia) e
193 Telma Muniz, que fazem parte da Comissão de Normas, para que fosse submetida ao Pleno
194 a orientação para inscrição da entidade. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia)
195 complementou que recomenda a inscrição da entidade que deverá ser acompanhada de
196 perto, porque é um trabalho necessário, para um público que tem extrema reincidência, e
197 que não conhece no Recife ninguém mais realizando, portanto é uma população bastante
198 vulnerável. Posta em votação a inscrição foi aprovada. Ana Farias ressaltou que considera
199 positiva a inclusão desta entidade como inscrita, como já havia declarado para a
200 responsável que compareceu à Comissão de Normas, esse trabalho tem mais importância
201 porque, além de atender um perfil complicado, se trata de mulheres, que por se tratar de
202 detentas, saindo do sistema penitenciário, a reinserção é ainda mais precária e as
203 oportunidades são ainda menores do que com os homens. Ato contínuo passou-se para a
204 **6.2. Comissão de Orçamento e Finanças** apresentada por Lourdinha que inicialmente
205 informou sobre a ausência do Conselheiro Sérgio, que foi escolhido para a coordenação da
206 comissão, porém, por necessidade de ir ao dentista não pode estar no Pleno. Continuou
207 informando que foi feita a análise das prestações de contas da Pré-conferência e
208 Conferência Municipal de Assistência Social, que após serem dirimidas as dúvidas a
209 comissão recomenda a aprovação da referida prestação. A Pré-conferência teve um gasto
210 de pouco mais de trinta e três mil reais. A Conferência teve um gasto de oitenta e nove mil,
211 oitocentos e quarenta e oito reais. O valor disponível para esse fim foi de cem mil reais,
212 portanto foi ultrapassado o gasto em vinte e três mil, trezentos e vinte e oito reais. Lourdinha
213 explicou que esse valor orçado de cem mil reais foi o mesmo disponibilizado para a
214 Conferência do ano de dois mil e quinze. Portanto o acréscimo é considerado razoável, já
215 que pode ser atribuído à própria inflação. Lourdinha ainda explicou que com a aprovação
216 pela comissão, todos os pagamentos que ainda faltavam, agora foram saldados e que foi um
217 processo de várias reuniões para que chegasse a esta aprovação. Posta em votação foi
218 aprovada por unanimidade. Passando para a **6.3. Comissão de Articulação e Política** foi
219 apresentada por Ana Farias que relatou o encontro que aconteceu neste mesmo dia
220 dezoito de outubro, pela manhã, com uma palestra com a Assistente Social do INSS:
221 Kaline Sena, a qual trouxe uma discussão sobre a Contrarreforma da Previdência. Ana
222 informou que o material apresentado vai ser enviado para o CMAS para ser enviado para
223 todos/as. Lourdinha complementou que se observa uma maior atuação desta comissão em
224 virtude de um número maior e com maior participação de conselheiros/as na mesma,
225 lembrando a necessidade da participação. A Conselheira Auxiliadora Maria
226 pediu que o encontro também ocorresse à tarde e que fosse envolvido alguém do
227 movimento sindical para um debate. Ana Farias propôs que fosse convidada a mesma
228 Assistente Social Kaline para debater o mesmo tema com o movimento sindical no encontro
229 previsto para o próximo dia vinte e um de novembro. Outra proposta, de Lourdinha, foi que



230 poderia ser o dia todo. Tendo em vista a importância do tema já previsto para o dia vinte e
231 um: “A Conjuntura atual e os desafios do SUAS”, a ser tratado por Ana Farias, foi mantida a
232 programação e será pensado o debate sobre a Previdência com Kaline Sena e o movimento
233 sindical, ou em formato de seminário. Passando ao sétimo ponto: **7. Informes gerais**, Ana
234 Farias trouxe a notícia sobre a publicação da nova Lei do CMAS desde o dia trinta e um de
235 agosto, porém, só na semana passada o Conselho tomou conhecimento. Ana Farias
236 destacou a mudança aprovada na Lei para a retirada da participação de Vereadores e do
237 Ministério Público na composição do Conselho. Nesse sentido, informou ainda que já foi
238 enviado ofício à Secretária Ana Rita para indicar representantes das Políticas que compõem
239 a Secretaria, aprovadas na Lei para compor o Conselho. A Secretaria passa a ter quatro
240 representações: Assistência, Drogas, Direitos Humanos e Juventude. Ainda foi dada
241 informação sobre o Curso de Noções Básicas sobre Orçamento Público. Por fim foi
242 informado sobre o **6.4. Resultado da eleição do Segmento de Usuários/as**. Foram eleitos:
243 Isaac Machado de Oliveira, (Titular); Luiz Paulo Cândido da Silva (Primeiro Suplente) e
244 Ketily Maria da Silva (Segunda Suplente). A Conselheira Maria do Livramento (Lívia)
245 informou que no próximo dia trinta e um deste mês ocorrerá o Seminário Internacional da
246 Primeira Infância. A conselheira destacou que esse seminário ajudará a construir o Plano de
247 Primeira Infância que o estado ainda não tem. Lourdinha lembrou para serem enumeradas
248 as deliberações que precisam ser providenciadas no final desta ata. Esgotada a pauta e
249 nada mais havendo a tratar, a Presidente Ana Maria de Farias Lira encerrou a reunião às
250 dezessete horas e cinco minutos e, para que tudo fique devidamente documentado, eu,
251 Sílvia Marroquim, Secretária Executiva do CMAS, redigi e digitei a presente ata, que, após
252 lida e achada conforme, será aprovada pelo Pleno do CMAS.

253 **DELIBERAÇÕES:**

- 254 **1. Cobrar a cópia do PPA que ficou de ser enviada por Jeferson. Ana Farias ficou**
255 **de cobrar nesta sexta-feira, vinte de outubro.**